

Kelly Basílio

História e ficção na tradição do romance realista francês: Balzac, Zola, Aragon

Tudo começou, a meu ver, com Diderot e o seu famoso título, magrittiano *avant la lettre*, *Ceci n'est pas un conte*. Diderot, de quem declaradamente se reclamará Balzac na dedicatória de *La Cousine Bette*, e desse conto, especificamente, do mais audacioso e inventivo, do mais antecipador dos filósofos das Luzes; de quem igualmente se prevalecerá Zola, o qual só reivindicará a herança de Balzac por este se lhe afigurar precisamente como esse “filho directo de Diderot”; de quem, enfim, muito mais perto de nós, um Aragon, como veremos, continuará ainda a invocar implicitamente o legado.

Ceci n'est pas un conte: título-divisa do autor de *Jacques le Fataliste*, todo o fervilhar de significados que se lhe possam atribuir tendendo, na minha opinião, a desembocar num só sentido, o da exigência de veracidade na ficção, nomeadamente, de veracidade referencial, ou seja, de realismo. Todavia Diderot só terá mostrado e preparado o caminho do *realismo na ficção*; não terá propriamente escrito *ficção realista*, não terá nomeadamente inventado o romance realista – cuja hora, na verdade, ainda não tinha chegado.

É que o romance realista não existe propriamente sem um certo grau de sistematicidade, de cientificidade. Por isso a sua emergência como género literário é indissociável, a meu ver, da de outro género – ou discurso – narrativo, às vezes, também literário, o da História. Ora a História, na sua acepção moderna, a História como ciência, só nasceu, só pôde nascer com a contemporaneidade, quer dizer, segundo a periodologia delimitada pelos próprios historiadores, depois da revolução francesa; a História só pôde nascer com essa sua brusca aceleração. É aí que brutalmente se muda de tempo, ou antes, de modo de o apreender: passa-se de repente, como o mostra Pierre Nora, do tempo parado e milenar da memória ao tempo acelerado da História e, portanto, ao tempo da sua necessidade premente, da necessidade historiográfica, para a apreensão e compreensão, para a consignação e avaliação de tão vertiginosa sucessão de acontecimentos e mudanças.

Realismo e História, dizia, são indissociáveis. A própria concepção da ficção realista radica-se nessa aspiração ao registo e à análise sócio-histórica, podendo até acontecer que a invenção do romance realista coincida com a da própria História. Foi pelo menos, no

meu entender, o que aconteceu em França. Pois não seria muito atrevido ver em Balzac esse duplo inventor.

Efectivamente, assiste-se com Balzac a um verdadeiro salto qualitativo em relação ao chamado “romance histórico” então em vigor, e introduzido por Walter Scott – do qual, todavia, não se pode negar o impulso decisivo que constituiu para a vocação balzaciana, tendo representado ao mesmo tempo para esta o exemplo prestigioso a seguir e a não seguir. Fazer como o seu ilustre predecessor, mas melhor do que ele, ir mais longe ainda, ultrapassá-lo na ousadia, no inédito, tal foi a desmedida ambição do criador da *Comédia humana*: já não o romance histórico como “cor local”, mas um novo romance histórico. E o romance realista balzaciano será propriamente esse novo modelo de romance histórico, modelo epistemológico, baseado na observação e análise (para retomar a dupla componente metodológica definida por Zola no seu *Romance Experimental*). Antes do próprio historiador, no sentido canónico do termo, antes de um Michelet, foi, deste modo, o romancista, foi Balzac o inventor da História como ciência. E é de reparar que essa História nasce primeiro, pelas razões já invocadas, como História Contemporânea.

E deve-se notar igualmente que, pelo mesmo facto, é a própria contemporaneidade que, pela primeira vez, acede à dignidade histórica ou historiográfica; ascendendo assim, pela primeira vez também, os objectos e usos da vida quotidiana a essa mesma dignidade, a essa mesma pertinência historiográfica; e nascendo finalmente, desta forma, pela mão de Balzac, como o reivindica o romancista no seu famoso prefácio de 1842 à *Comédia Humana*, essa “história esquecida” pela História, a História dos Costumes:

(...) je réaliserais, sur la France au XIXème siècle, ce livre que nous regrettons tous, que Rome, Athènes, Tyr, Memphis, la Perse, l’Inde ne nous ont malheureusement pas laissé sur leurs civilisations (...).

Vê-se assim claramente que Balzac, antes de mais, se assume como historiador, melhor ainda, como esse historiador pelo qual tão longamente se ansiou: “Enfim Balzac chegou!” – se parafrasearmos a famosa celebração de Malherbe por Boileau – poder-se-ia ler entrelinhas neste fundamental prefácio. Desta forma, será a ele que incumbirá essa inaudita e primordial tarefa de fazer falar o mudo (ou o que até lá era tido como mudo), à maneira dos paleontólogos, à maneira da então chamada “*história natural*”, a de um Cuvier, de um Saint-Hilaire ou de um Buffon. A História, pois, à maneira da história natural. Daí, precisamente, o naturalismo de Balzac e, na sua esteira, de Zola. Com o grande antepassado, filósofo experimentalista, reivindicado, mais uma vez, por ambos como figura modelar da sua ambição igualmente enciclopédica, Diderot.

A ficção, portanto, só será um pretexto, ou melhor, um veículo. O que, repitamo-lo, Balzac, à partida, pretende, é ser historiador – e teórico da História, e filósofo da História, e, ao fim e ao cabo, moralista, na mais pura tradição clássica, julgar-se-ia, desta feita; só que este moralista, como filho do seu século e, em larga medida, antecipando sobre ele, tem um intuito clínico, querendo apontar para males e para remédios. Mas, ao mesmo tempo, a ficção é, *ipso facto*, assumida como sendo, paradoxalmente, o melhor meio, como sendo até o próprio meio, com os seus processos apuradores, exemplificadores, com as suas tipificações paradigmáticas, com as suas histórias exemplares; como sendo, dizia, o próprio meio dessa nova História, dessa História sociológica e sócio-política.

Tomarei como exemplo um dos romances balzacianos, precisamente, mais exemplares, senão o mais exemplar, sendo porventura aquele que foi apontado por Zola como sendo, a seu ver, o próprio modelo do “romance experimental”, ou seja, do romance naturalista por excelência: o já citado aqui de início, e não será pois por acaso, *La Cousine Bette*. Através da história da decadência de uma família da aristocracia, na primeira metade do século XIX, é a própria História da decadência dessa casta que o romancista, neste livro, pretende escrever, pondo a nu as suas causas profundas: nomeadamente, a verdadeira mutação civilizacional sofrida pela França nesse período, devida, no seu entender, ao esmorecer dos valores tradicionais, sobretudo, o da família, justamente, e o do seu fundamento, o casamento, corroídos pelo poder do novo “motor social”, o novo deus, o dinheiro; e ligada, por conseguinte, à ascensão vertiginosa da classe social que nesse poder assenta, a burguesia, cujos “ideal” e ideologia tendem a impor o seu domínio.

Repare-se, entretanto, que em Zola, essa restrição do objecto de estudo ao núcleo da família não será apenas praticada ao nível deste ou daquele romance isolado mas estendida à globalidade do ciclo romanesco. Passar-se-á, deste modo, da universalizante *Comédia Humana* à singularidade de *Os Rougon-Macquart*.

Com efeito, o título genérico balzaciano não revela por si só esse intuito historiográfico do romancista, que aqui me empenho em realçar, parecendo, pelo contrário, situar a sua obra no tempo a-histórico da chamada natureza humana. Título, por isso, por excelência, clássico, quanto mais não seja pela clara intertextualidade dantesca que anuncia. Dimensão ou pretensão clássica da obra de Balzac que não se trata, pois, como aliás já vimos, de negar, o escritor ambicionando, na exacta tradição dos seus ilustres antepassados do século de Luís XIV, estudar “carácteres”. Só que, deve-se acrescentar, e é aqui que bruscamente irrompe, no tempo parado da eternidade, o tempo móvel e veloz da modernidade, e é aqui que a História efectua a sua inédita e mais inopinada entrada, naquilo mesmo que se pensava ser a-histórico; só que esses “carácteres”, para Balzac, têm uma história, o chamado “coração humano” releva, ele também, da História, e é precisamente essa História que o romancista pretende contar:

“(…) je concevais l’importance et la poésie de cette histoire du cœur humain (…) En dressant l’inventaire des vices et des vertus, en rassemblant les principaux faits des passions, en peignant les caractères (...), en composant des types par la réunion des traits de plusieurs caractères homogènes, peut-être pouvais-je arriver à écrire l’histoire oubliée par tant d’historiens, celle des mœurs”.

Ou seja, a própria “natureza humana” é histórica. A historicidade fundamental do homem, como ser moral, eis o que em substância pode ser destacado deste prefácio, eis, aos meus olhos, no que reside a essencial modernidade, a genial preciência de Balzac.

Zola, por sua vez, seguirá esse exemplo de Balzac, restringindo todavia, como já vimos, o objecto paradigmático de estudo do seu ciclo romanesco ao núcleo social basilar, o da família: *Histoire naturelle et sociale d’une famille sous le Second Empire*, especifica o subtítulo dos *Rougon-Macquart*. Uma família, a sua história exemplar, representativa desse II Império que atravessa sendo atravessada por ele, significativa desse momento da História de França, que o vive e sofre e, logo, o revela por dentro, denunciando assim os seus podres e as suas pragas.

Porque Zola historiador é como Balzac historiador: antes de mais, ele também, para retomar a famosa fórmula do seu antepassado, “Doutor em medicina social”; médico diagnosticante, apontando o dedo para as feridas e para as causas dessas feridas, estabelecendo, pois, como se diz, a “história clínica” da sociedade. Mas, indo mais longe ainda que Balzac, ele pretende ser igualmente, e sobretudo, diria, médico denunciante, apontando o dedo para os culpados: “J’accuse” poderia ter sido também, como o do seu célebre e arrasador panfleto, o título genérico dessa sua saga dos *Rougon-Macquart*, que mais não pretende ser do que a própria “História natural e social” do “Segundo Império”.

Porém, o projecto do escritor naturalista representará mais outro passo em frente em relação ao empreendimento balzaciano. O que Zola se propõe é relatar, e retratar, a “história verídica de cada um” (“l’histoire vraie de chacun”¹).

É, pois, a própria modernidade que se expressa nesta fórmula, a irrupção, desta feita, da chamada “pequena história” na “grande história”, e a demonstração de que não há pequena história, de que só há a História e de que tudo, portanto, é História, tudo releva da História: tudo aquilo do que é feita a vida, tudo o que faz parte da vida, até a “pedra dos caminhos”, acredita Zola.

Tende assim a se generalizar o processo de historicização do humano iniciado por Balzac. Ora, historicizar é, como já vimos, relativizar. O histórico é, por excelência, o relativo: relativo a um tempo, relativo a um espaço; relativo também a um grupo social, já ensinara Balzac. Zola vai mais longe ainda, até à individuação própria da modernidade: “l’histoire

vraie de chacun”; ao que acrescenta justamente: “le relatif de la vie quotidienne”. O processo de historicização levado ao seu termo não pode ser senão processo de diferenciação, de singularização.

Daí a verdadeira revolução copernicana sofrida pela ciência histórica: à historicização generalizada responde, ou corresponde, o alargamento da competência e, por conseguinte, da pertinência historiográficas. Mais ainda, proclama-se precisamente como sendo mais pertinente ou mesmo apenas pertinente a historiografia daquilo mesmo que foi secularmente ignorado ou à partida julgado impertinente: o homem comum (“chacun”), o objecto ínfimo (“la pierre des chemins”). A História, a “verdadeira”, declara pois, em substância, Zola, não é a dos “Grandes Homens”, mas a da vida anónima da simples humanidade: a sua vida concreta, o seu dia a dia, a luta do dia a dia de homens e mulheres de “carne” e de “sangue”, e que devem ser sempre infimamente singularizados, porque o que interessa, o mais epistemológico, é o “documento humano” autêntico, autenticado pelos “pequenos factos verídicos” (“les petits faits vrais”) observados de que é composto. É desse modo que nos é relatada e retratada a vida de Gervaise ou de Coupeau, em *L’Assommoir*, de Catherine ou de Etienne, em *Germinal*, de Claude ou de Christine, em *L’Oeuvre*...

Assiste-se, assim, a um processo de democratização da história, ao mesmo tempo que a própria História, aliás, é proclamada como não sendo senão a história da democracia. Já Michelet, mestre de Zola, o professara, acreditando, como o postulará também, na sua esteira, o escritor naturalista, num sentido da história e na marcha indetível desta rumo à democracia. Democratização para a qual, aos olhos de Zola, Balzac – mal o sabia este autoproclamado legitimista, mas será mesmo que o era? – fora porventura dos que mais terão contribuído.

Pode-se em suma verificar, através do percurso até aqui proposto, a tendência, revelada de maneira privilegiada pelo romance realista, tendo sido, como pretendi demonstrá-lo, iniciada por ele, para uma aproximação cada vez maior da História do humano, simplesmente humano, ou mesmo, demasiado humano.

Balzac e Zola, ao afirmar-se, portanto, como romancistas realistas ou, melhor, naturalistas, reivindicam-se *ipso facto* como historiadores. O que significa ainda, como vimos, como historiadores comprometidos, revestidos, investidos de uma missão. O historiador, na época romântica de Balzac, e ainda romântica, a este ponto de vista, de Zola, é, pois, um missionário. Tal como um Michelet, o historiador propriamente dito, ou antes, institucional ou canonicamente dito, o será também. Aliás, nesta mesma perspectiva, pode-se dizer que todas as disciplinas e as artes e as letras permaneceram românticas durante todo o século XIX, caracterizando-se por esse mesmo espírito de missão, esse espírito missionário, após a

função moralizante de que se sentiram incumbidas as disciplinas e artes dos séculos clássicos. O missionarismo alarga e compromete e dinamiza e galvaniza o moralismo. É moralismo militante e inspirado – quase, em certos casos, místico: veja-se Victor Hugo, e o próprio Michelet já referido.

No caso específico do romance realista oitocentista, ele terá sido, pois, pelas razões estruturais já realçadas, por excelência motivado pelo sentimento de uma missão histórica, nos dois sentidos deste adjectivo. O que significa que, pela primeira vez, uma literatura de ficção é movida e penetrada por uma notável consciência histórica; bem como pela consciência da sua vocação e do seu papel historiográficos, tratando-se, como já vimos, de uma historiografia crítica e pedagógica. Sendo assim, essa missão histórica de que se sente incumbido constitui o próprio meio de legitimação do romancista realista.

Em suma, o enunciado “romance realista” tenderia por si só a inscrever este no género textual “História”, inscrição, aliás, que de forma performativa, sendo literal e, até, titular – *Histoire naturelle et sociale* –, assumirá, ou mesmo, consumará o romance naturalista de Zola.

Ora essa relação de equivalência ou até, como vemos, de identidade, que, logo de início, se tendeu a estabelecer entre realismo e História, não foi nunca, desde então, questionada, tendo-se até hoje perpetuado essa pretensão historiográfica da ficção realista francesa. É que essa pretensão é, como vimos, propriamente fundadora e, portanto, genologicamente definitória do realismo romanesco, ou até, diria, do romance *tout court*, tão duradouramente fora marcado este género pelo gesto historiográfico de Balzac.

O que explica que, mais de um século depois, um romancista como Aragon, por exemplo, só precise afirmar, na nota de edição do seu romance *Les Communistes*: “Ceci est un roman”, para logo se situar nessa continuidade romanesca oitocentista e, pois, implicitamente, reivindicar os seus pressupostos historiográficos. Quanto mais não seja por essa reivindicação se exprimir por meio dessa frase precisamente, “ceci est un roman”, que não pode deixar de fazer ecoar na longa memória ficcional do leitor entendido, ao qual sempre se dirige Aragon, o famoso título diderotiano colocado quase em epígrafe ao estudo aqui proposto; permitindo-nos deste modo verificar que, ao reatar com essa tradição do romance realista do século anterior, Aragon não podia deixar de aludir à figura tutelar dessa exigência de veracidade na ficção.

Porém, o próprio jeito indirecto da alusão aragoniana aponta para a inversão de situação que entretanto se operou. E que traduz a simples e, no entanto, mais radical transformação gramatical, a de uma frase negativa no seu oposto exacto, uma frase afirmativa. Romance, agora, significa por si só história verdadeira, “histoire vraie”. O que por si só permite medir o caminho percorrido desde Diderot e os seus seguidores, Balzac, nomeadamente, e Zola.

Outrora, nestes, a ficção precisava negar-se como ficção para afirmar a sua verdade histórica; agora, com Aragon, afirmar o romance é por si só garantir essa verdade:

“Le Roman de France (...) des hommes de chair et de sang, des femmes comme on en croise dans les rues (...)”.

E no entanto, dir-se-ia que nada mudou desde Zola: reencontramos os próprios predicados do escritor naturalista: “des hommes *de chair et de sang*, des femmes *comme on en croise dans les rues*”². Só que Aragon prossegue desta forma:

“Des hommes et des femmes comme tout le monde apparemment, qui portent pourtant en eux-mêmes un peu du destin du monde”.

Mudaram-se os tempos. Estamos noutra época. Iniciou-se outro ciclo histórico, desde a primeira guerra mundial, o da *mundialização* (como hoje se diz), precisamente. Iniciou-se um novo ciclo histórico, dando assim lugar a que um novo ciclo romanesco, com um título destes, justamente, *Le Monde réel*, seja proposto para dele dar conta. Título que, deste modo, joga, tal como a frase citada, que é, pois, a sua própria e subtil explicitação, com esse duplo sentido da palavra “monde”. Valerá a pena por isso reler essa frase:

“Des hommes et des femmes comme tout le monde apparemment, qui portent pourtant en eux-mêmes un peu du destin du monde”,

que, com notável, e insustentável, leveza, sintetiza efectivamente esse duplo intuito (e dever, subentende Aragon) historiográfico do romancista realista dos novos tempos, dos nossos tempos: testemunhar a vida, a simples, a humilde vida de toda gente (“tout le monde”), o que retoma, pois, a tradição, flaubertiana e, depois, zoliana, a de, por exemplo, *Un Coeur simple* ou de, na esteira deste, “La *simple* vie de Gervaise Macquart”, o outro título no qual Zola tinha pensado para *L'Assommoir*; mas essa vida simples, essa vida, como se diz, *sem história* – e é aqui que reside a mutação histórica, a mudança de paradigma, da qual, portanto, todo o romance realista da contemporaneidade que se preze deve dar conta – essa gente como “todo o mundo”, essa gente banal e, dir-se-ia, insignificante não deixa, contudo, de carregar “um pouco” com o “destino do mundo”. O que, na minha opinião, tem, por sua vez, também um duplo sentido, que joga, desta feita, com o duplo significado, passivo e activo, do verbo “porter”; o que significa, pois, que essa pequena gente não deixa de *ser determinada*, claro – e reafirma-se assim o determinismo naturalista; mas também – e é aqui que intervém a fundamental mudança – que ela, por pequena que seja, não deixa de *determinar*, por “pouco” que seja, o “destino do mundo”, por outras palavras, a própria História do mundo; que todo

o mundo, pois, não só *é* como também *faz* a História do mundo. “Todo o mundo” é actor da História “do mundo”.

E o “Romance de França” torna-se assim no Romance do mundo. O Romance da França não é senão o Romance do mundo.

Desde Balzac e desde Zola, uma página da História e, logo, da historiografia, foi portanto virada: o local deslocou-se, deslocalizou-se para o global; o local já não pode ser desligado, já não pode ser dessolidarizado do global, e o individual já não pode ser dessolidarizado do colectivo, tendo-se tornado esse colectivo planetário, e tendo-se tornado o indivíduo, quer ele queira quer não, cidadão do mundo.

Se, pois, todo o homem, quer ele queira quer não, contribui para a História, todo o homem é moralmente responsável por essa História, ele não pode pura e simplesmente ignorá-la, porque a História, ela, não o ignorará: mais cedo ou mais tarde, terá de perante ela prestar contas, mais cedo ou mais tarde, sofrerá a sanção da História.

O intuito romanesco de Aragon é, portanto, o de demonstrar essa condição histórica do homem: a sua história não pode escapar à História. Queira ou não queira, é abarcado, está embarcado. A história de Aurélien, por exemplo, a do amor desse seu herói, epónimo de um dos seus romances de *Le Monde réel*, como toda e qualquer história de amor, não foge a essa regra – e diz-se, no entanto, que os amantes estão sozinhos numa nuvem ou numa ilha deserta (“les amoureux sont seuls au monde”). Demonstração, portanto, *a fortiori*: mesmo uma história de amor é indissociável da História *tout court*, mesmo o amor não pode ignorar a História, não pode ser vivido à margem da História.

E será provavelmente para mostrá-lo, para torná-lo patente (talvez porque o próprio Aragon o teria sofrido na pele durante esse período, negro também para a sua própria vida íntima, que foi o da Ocupação da França), evidente, tragicamente evidente, tragicamente irrefutável, que o escritor terá sentido essa necessidade de acrescentar ao romance acabado ou, talvez justamente, ainda por acabar, alguns anos mais tarde, um epílogo, esse epílogo que pedia. E é assim que o romancista retoma a sua história, essa história de amor de Aurélien por Bérénice, situando-a dezassete anos mais tarde, depois de a ter dado por acabada, ou depois de lhe ter dado aparentemente fim. Na realidade, era a própria História que se encarregaria de lhe trazer esse ponto final de que carecia ainda, pelo qual esperava. Aragon, pois, retoma essa História por acabar, situando esse seu epílogo no momento exacto e fatídico da “drôle de guerre”, dessa estranha e insituável guerra de 40, nesse *no man’s land* no qual, pela sua derrota, se tinha tornado a França, para o protagonista experimentar precisamente esse peso inelutável da história colectiva na história individual: “son histoire à lui dans cette

histoire”. Aragon tem assim a ideia de fazer-se reencontrar os amantes de outrora nessas circunstâncias da derrota.

Ora, infelizmente, esse encontro, “o seu encontro também” será “uma derrota”, resultando deste modo na própria prova de fogo para o amor de Aurélien, que devia, e não soube, ou não quis, mostrar-se “à altura” dessa “terrível” realidade. Realidade que não lhe era permitido, nem, aliás, possível ignorar:

“Les circonstances de leur rencontre déferlaient sur leur rencontre telles une marée d'équinoxe. Les circonstances prenaient une importance exagérée”.

Balzac, Zola, Aragon: três romancistas monumentais, autores não apenas de romances mas de ciclos romanescos. *La Comédie humaine*, *Les Rougon-Macquart*, *Le Monde réel*: obras-monumentos, devendo esta palavra ser entendida no seu sentido etimológico de objecto memorial. Com efeito, cada um destes ciclos romanescos representa, para usar a fórmula tão fecunda do já citado Pierre Nora, um “lugar de memória”, e isto não apenas como marco incontornável da história da literatura e, nomeadamente, da ficção francesa, mas também como verdadeiro testemunho da história francesa *tout court*; porque neles, e por eles, se pretendeu escrever uma página completa dessa história, cobrir todo um período, um ciclo histórico. E será talvez por isso que, a meu ver, Balzac terá tido essa ideia de tão ampla fortuna, a do ciclo precisamente; que permitiria, para além do mais, com a visão totalizante facultada, fazer um balanço, que permitiria avaliar e, até, julgar esse período, esse trecho da história de França, esse trecho de história humana.

Está longe o tempo em que uma certa História dita “positivista” desconfiava da literatura de ficção. Nenhum historiador poderia negar hoje em dia sem má fé o precioso contributo da ficção realista tradicional para o conhecimento histórico e para o próprio estatuto e evolução da ciência histórica. Contributo que se tentou aqui evidenciar a diversos níveis: ao nível do “inquérito exacto” (“l'enquête exacte”) exigido, inquérito social e etnológico, do qual o romance balzaciano e, mais metódica e sistematicamente ainda, o romance naturalista zoliano, foram pioneiros; ao nível da própria e progressiva definição da História como ciência, da própria competência e pertinência históricas, o que, portanto, acarretava, como vimos, a progressiva abrangência de áreas tradicionalmente ignoradas ou à partida excluídas; em suma, a historicização tendencial de todos os homens e de todos os factos humanos, mesmo e inclusive os factos morais e éticos; historicização, pois, de tudo o que releva da psicologia, da axiologia e da própria moral, numa palavra, do que hoje chamamos as mentalidades; historicização do e da moral mas também moralização da História – tentando, todavia, não prescindir do rigor epistemológico que a definem, como definem também o romance realista

que, como aqui se tentou mostrar, nesse intuito histórico precisamente assenta e para esse rigor cognitivo e moral – e pedagógico – pretende contribuir.

Notas

- 1 ZOLA, *Le Roman expérimental*, Paris, Garnier-Flammarion, 1971, pp. 27-28.
- 2 Os sublinhados são, evidentemente, da minha responsabilidade.